

# Religião, sexualidades e gênero\*

Valéria Melki Busin\*\*  
valerinhamb@uol.com.br

**Resumo:** No presente artigo, apresentamos elementos da composição atual do campo religioso brasileiro em função daquilo que será necessário para iluminar a discussão sobre as relações entre religião, sexualidades e gênero. Buscamos compreender teoricamente o papel desempenhado pelas religiões, mais especificamente do Catolicismo, na vida das pessoas que aderem a elas ou na cultura envolvente. Elencamos questões relacionadas à moral sexual católica, à família e ao *ethos* privado. Apresentamos indagações que envolvem o Catolicismo e a desigualdade de gênero. Discutiremos a religião como modeladora de subjetividades e traremos os sentimentos de culpa e vergonha relacionados à homossexualidade e à religião. Apresentaremos uma especificidade do trânsito religioso de homossexuais e, por fim, faremos a relação entre alguns princípios religiosos relativos à sexualidade e o exercício de poder em diversas esferas: simbólico-discursiva, pastoral, privada, pública etc.

**Palavras-chave:** religião, sexualidade, homossexualidade, gênero.

**Abstract:** In this paper, we present elements of the current composition of the Brazilian religious field in terms of what will be needed to illuminate the discussion of relations between religion, sexuality and gender. We seek to understand theoretically the role played by religions, specifically Catholicism, in the lives of people who adhere to them or in the surrounding culture. We list questions relating Catholic sexual morality, family and private ethos. We introduce questions that involve Catholicism and gender inequality. We discuss the role of the religion as modeler of subjectivities and we bring feelings of guilt and shame related to homosexuality and religion. We present a specificity of religious transit of homosexuals and, finally, we will link some religious principles relating to sexuality with the exercise of power in several spheres: the symbolic-discursive, pastoral, private, public etc

**Keywords:** religion, sexuality, homosexuality, gender.

---

\* A autora agradece à FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo apoio à sua pesquisa de mestrado, da qual este artigo é um produto

\*\* Valéria Melki Busin é psicóloga pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Ciências da Religião na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), onde defendeu em 2008 a dissertação *Homossexualidade, Religião e Gênero: a influência da religião católica na construção da auto-imagem de gays e lésbicas*. Tem quatro livros publicados, sendo dois romances editados pela Summus, um paradigmático pela editora Scipione (2003) e o ensaio *Juventude, religião e ética sexual* pela CDD Publicações (2008). Pela Brasileira, terá sua dissertação de mestrado publicada em livro em 2010. Pela mesma editora, encontra-se no prelo o livro *O que é gênero*, da Coleção Primeiros Passos, previsto para ser publicado em 2011.

*A Igreja tem a genitália  
no cérebro.*  
(Nehemias Marien)

*O diabo é sexualmente transmissível.*  
(Giovani)

Neste artigo, faremos uma breve descrição do campo religioso em nosso país, baseando-nos nos últimos Censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE), em 1991 e 2000. Também utilizaremos dados estatísticos sobre o campo religioso brasileiro obtidos por meio de duas pesquisas publicadas em maio de 2007, uma realizada pelo Datafolha e outra pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), buscando, fundamentalmente, mostrar a importância da matriz católica na cultura brasileira.

Depois disso, relacionaremos questões que envolvem a moral sexual católica – família, casamento e reprodução e a antinaturalidade da homossexualidade –, buscando articular com a discussão sobre o *ethos* privado. Faremos uma apresentação breve sobre religião e gênero. Discutiremos a religião como modeladora de subjetividades e traremos os sentimentos de culpa e vergonha relacionados à homossexualidade e à religião.

## 1. O CAMPO RELIGIOSO BRASILEIRO

O Brasil é um país de ampla maioria cristã e, especificamente, de maioria católica. Historicamente, o Catolicismo chegou aqui em 1500, mesmo ano do descobrimento do Brasil. Por herança da colonização portuguesa, o Catolicismo foi a religião oficial do país desde a sua primeira Constituição, em 1824, até 1890, quando a liberdade religiosa foi instituída por decreto, o que passou a constar nas Constituições brasileiras a partir de 1891<sup>1</sup>. Depois disso, pelo fato de já ter sido a religião oficial do país, o Catolicismo permaneceu sendo a religião mais aceita socialmente e a não adesão a ele trazia obstáculos à ascensão social.<sup>2</sup> Atualmente, o Brasil é considerado o maior país católico do mundo em número absoluto de fiéis.

Segundo o Censo 2000, do IBGE, 73,89% dos/as brasileiros/as se declaram católicos. No Censo de 1991, esse percentual era de 83,4%, indicando que, em menos de uma década, houve uma redução de quase 10% no número de católicos

<sup>1</sup> Na atual Constituição da República Federativa do Brasil, vigente desde 1988, a liberdade religiosa está garantida no Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I – Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, incisos de VI a VIII.

<sup>2</sup> Cf. L.BEGUOCI, Leandro, No país, até evangélicos têm santos. In: *Folha de São Paulo*, p.9.

no Brasil, enquanto houve um crescimento de evangélicos/as (diferença de 6,4%), espíritas (diferença de 0,2%), de outras religiosidades (diferença de 0,4%) e de pessoas sem religião (diferença de 2,7%). Também o número de pessoas que se declaram seguidoras do Candomblé e da Umbanda diminuiu (diferença de 0,1%).

Religiões	1991 (%)	2000 (%)
Católica apostólica romana	83,4	73,89
Evangélicas	9,0	15,4
Espíritas	1,1	1,3
Umbanda e Candomblé	0,4	0,3
Outras religiosidades	1,4	1,8
Sem religião	4,7	7,4

**TABELA 1.** Distribuição percentual da população residente, por religião – Brasil, 1991/2000 (Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991/2000).

Em maio de 2007, o jornal *Folha de São Paulo* publicou um caderno especial com os resultados de uma outra pesquisa, realizada em março do mesmo ano pelo Datafolha com 5.700 pessoas. Por essa pesquisa, cerca de 64% da população brasileira com idade acima de 16 anos se declara católica.<sup>3</sup> O espaço amostral dessa pesquisa difere substancialmente do utilizado pelo Censo do IBGE, o que dificulta as comparações diretas. Ainda assim, podemos estimar, por esses dados, que a população católica no Brasil – ou a que se declara católica – provavelmente é igual ou superior a 64%, maioria incontestável.

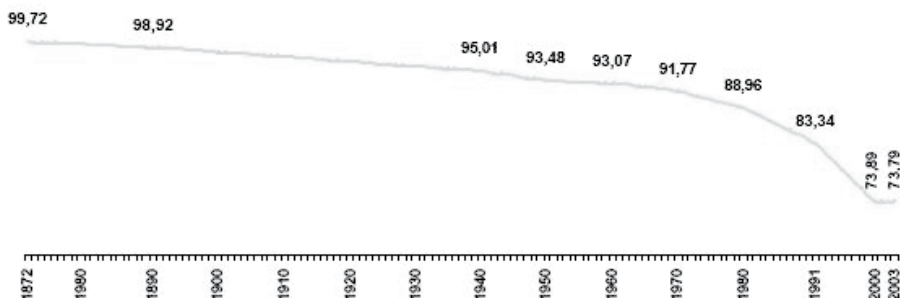
A Fundação Getúlio Vargas publicou, também em maio de 2007, a pesquisa *A Economia das Religiões*, em que analisa as informações dos Censos e de microdados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2003 do IBGE. Segundo essa pesquisa, a população católica no Brasil vinha decrescendo numericamente desde 1872 (de quando datam os primeiros registros censitários do país), passando por um acentuado decréscimo na década de 1990. Entretanto,

O trabalho atual demonstra [...] que pela primeira vez em mais de um século, a proporção de católicos no Brasil parou de cair, mantendo-se surpreendentemente estável no primeiro quarto da década de 2000, com 73,79 % em 2003, conforme o gráfico abaixo ilustra.<sup>4</sup>

<sup>3</sup> Cf. R.CARIELLO, Rafael,. As igrejas do Brasil: país altera mapa da fé, mas não a sua religiosidade. In: *Folha de São Paulo*, p.2.

<sup>4</sup> M.NERI, *Economia das religiões*, p.7.

### Brasil: Participação de Católicos na População – 1872 a 2003



Fonte: CPS/FGV a partir do processamento de dados publicados e microdados do IBGE.

Esses dados nos servem para evidenciar a predominância numérica de adeptos do Catolicismo no Brasil. Se considerarmos a projeção da população brasileira, conforme indicam os dados do IBGE<sup>5</sup>, teríamos hoje no país pouco menos de 200 milhões de habitantes. Se tomarmos os dados do Censo de 2000, são cerca de 138 milhões de católicos/as brasileiros/as. Se, entretanto, tomarmos como base os dados da pesquisa Datafolha 2007, ainda assim teríamos um número impressionante de católicos/as no Brasil: quase 120 milhões.

Além dessa predominância numérica, as pesquisas citadas trazem informações muito relevantes sobre a religiosidade da população brasileira. O Datafolha indica que se mantém a forte religiosidade dos/as brasileiros/as, independentemente de seu pertencimento a uma determinada religião. Assim, temos que 97% dos brasileiros/as acreditam em Deus, sendo que 2% têm dúvidas e apenas 1% não acredita. A matriz cristã se evidencia ao vermos que 93% dos/as brasileiros/as acreditam que Cristo ressuscitou depois de morrer na cruz, o que contrasta com o total de pessoas que seguem religiões cristãs (89% em 2007, segundo o próprio Datafolha). E 86% dos/as brasileiros/as acreditam que Maria deu à luz a Jesus sendo virgem.<sup>6</sup>

Outros dados relevantes: 92% acreditam que o Espírito Santo existe, 87% crêem em milagres, 77% crêem que Jesus voltará à Terra no fim dos tempos e 75% acreditam que o diabo existe. Cerca de 49% das pessoas entrevistadas pelo Datafolha têm um santo católico de devoção, sendo que adeptos de outras religiões, como do Espiritismo, Umbanda, Candomblé e até evangélicos (8%), também são

<sup>5</sup> Dados de população brasileira estimada pelo IBGE, disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 8 de outubro de 2010.

<sup>6</sup> Cf. *FOLHA de São Paulo. Caderno Especial Religião*. São Paulo, p.9.

devotos de algum(ns) desses santos. Os dados apresentados acima evidenciam que a matriz cristã em geral – e mais especificamente a católica – permeia a cultura brasileira como um todo, influenciando nas crenças até mesmo de quem não se diz cristão/ã e/ou católico/a.

Segundo a pesquisa *Monitor Religioso*, realizada pela fundação alemã Bertelsmann e publicada em dezembro de 2007, o Brasil é considerado o segundo país mais religioso do mundo, perdendo apenas para a Guatemala. Segundo essa pesquisa, 96% da população de ambos os países se declaram religiosos, “mas o país centro-americano foi considerado o ‘mais religioso’ por causa da alta proporção de pessoas que se consideram ‘altamente religiosas’, de 76%, maior do que a do Brasil, de 71%”.<sup>7</sup> A religiosidade é, como se vê, uma característica marcante da população brasileira.

## 2. A MORAL SEXUAL CATÓLICA – UM BREVE HISTÓRICO

O Catolicismo vê a sexualidade como algo intrinsecamente mau, que deve ser tolerado basicamente por ser necessário à procriação. Essa ideia é baseada nas sagradas Escrituras, tanto no Antigo como no Novo Testamento. Como nos mostra Penélope Ryan:

Nosso estudo da Escritura revela que boa parte dela foi escrita contra o pano de fundo de uma cultura patriarcal, que via as mulheres e a sexualidade como perigosas e temíveis, embora necessárias para a continuação da vida. De um modo geral, qualquer coisa ligada ao sexo foi alvo de suspeita por parte do cristianismo; até recentemente, negou-se aos cristãos qualquer ideia de sexo como algo a ser celebrado com alegria.<sup>8</sup>

A visão negativa da sexualidade pela Igreja católica vem de longa data. A noção de sexo como algo a ser evitado veio da combinação de concepções dos estóicos e dos gnósticos, entre outros. A herança platônica também colaborou na criação dos dualismos hierarquizados, como, por exemplo, celibato em contraposição ao sexo (o celibato sendo superior ao sexo).

Os estóicos gregos consideravam que a expressão de sentimentos e emoções era uma fraqueza a ser abolida. A atividade sexual era vista como uma parte da fraqueza humana, pois responder ao desejo sexual era encarado como uma forma de ceder às emoções. A filosofia gnóstica considerava o casamento e o sexo como intrinsecamente ruins, pois eram ligados ao mundo material. Para eles, até mesmo

<sup>7</sup> Fonte: “O Globo” online. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2007/12/19/327680355.asp>. Acesso em: 11 ago. 2008.

<sup>8</sup> P.J.RYAN, *Católico praticante*, pp.110-111.

a procriação era mal vista, pois significava que os seres humanos continuavam trazendo o mal para a Terra.

A filosofia de Platão, com seu dualismo alma/corpo, trouxe outras distinções: homem é, pela sua mente, ligado à razão; a mulher, que tem capacidade de parir, é ligada ao mundo físico (por isso, irracional). Como o mundo físico e a natureza devem ser subordinados ao controle da razão, a mulher deve ser controlada pelo homem. Os neoplatônicos, com esse dualismo, e a filosofia maniqueísta – que via o mundo em conflito cósmico entre a luz e as trevas, o mal e o bem, o espírito e a matéria – tiveram forte influência sobre santo Agostinho, talvez o autor cristão mais influente nas questões relacionadas ao sexo e à sexualidade<sup>9</sup>.

Agostinho escreveu que, depois da Queda, Adão e Eva se cobriram porque tiveram vergonha. Também ensinou que todos os atos sexuais são, em certa medida, pecaminosos porque pelo menos alguma luxúria está virtualmente implicada em cada um deles. Para Agostinho, o pecado de Adão e Eva foi transmitido através das gerações por meio da união sexual.<sup>10</sup>

“*Agostinho, entre fins do século IV e início do V, associou definitivamente, no imaginário cristão, sexo e pecado original*”.<sup>11</sup> Para ele, o amor conjugal era considerado um dever a ser cumprido apenas pela sua finalidade natural: a procriação. Até mesmo nesse caso, pelo pecado original de Adão e Eva, o sexo teria em si uma mancha de pecado. Como o sexo só poderia ser praticado para procriação, nenhuma tentativa de evitar a concepção poderia ser moralmente aceitável.

Entre os séculos VII e XI, surgiram os penitenciais, que eram guias para orientar os padres nas confissões, relacionando o pecado com sua respectiva punição.<sup>12</sup> Todos os pecados foram relacionados, do mais banal ao mais grave. Esses guias cristalizaram a ideia de que o pecado era um ato individual. Os pecados sexuais possuíam vários itens e punições muito severas. Nessa lista, poderíamos encontrar: sexo fora do casamento, adultério, masturbação, prostituição, coito interrompido, homossexualidade, sexo com mulher grávida e sexo com mulher que já não pode engravidar – todos partiam da mesma fundamentação, pois eram atos de luxúria, já que não tinham finalidade de procriar.<sup>13</sup>

<sup>9</sup> É importante destacar que a noção de sexualidade é recente, não sendo utilizada naquela época. Para mais informações a respeito, cf. M.F. Foucault, *A História da Sexualidade*.

<sup>10</sup> P.J. RYAN, *Católico praticante*, pp.115-116.

<sup>11</sup> LL.LIMA, Confissão e Sexualidade. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina M. (orgs.) *Sexualidades Brasileiras*, p.38.

<sup>12</sup> Cf. R.S. JURKEWICZ, Cristianismo e homossexualidade. In: GROSSI, M.P. et al. (orgs.) *Movimentos Sociais, educação e sexualidade*.

<sup>13</sup> Cf. P.J. RYAN, *Católico praticante*.

Tomás de Aquino e o pensamento escolástico trouxeram a ideia de pecado contra a natureza, pois toda ação deve se dirigir à sua finalidade natural. Assim, como o fim natural do sexo seria a concepção, impedi-la seria mau e o ato, pecaminoso.

O próprio casamento era considerado como um mal menor para o apóstolo Paulo. Para ele, o maior valor estava no celibato. Como ele tinha a expectativa do retorno de Cristo ainda durante sua vida, considerava que o casamento era um desperdício de energia, a qual deveria ser reservada para se levar a palavra do Senhor a todas as paragens. Entretanto, para quem realmente não suportasse o celibato, seria melhor o casamento. Todos esses pensamentos levaram à ideia de que o casamento tinha uma finalidade primária, que era a concepção e, conseqüentemente, a procriação. Somente séculos depois é que se considerou uma finalidade secundária para o casamento – o bem-estar dos cônjuges e o amor –, mas antigamente ela não era enfatizada nos ensinamentos cristãos.<sup>14</sup>

“*Esse discurso assustador da sexualidade será apropriado mais tarde pela medicina, travestido de ciência*”<sup>15</sup>, por meio do dispositivo da sexualidade.

Se formalmente a visão católica da sexualidade se fixa na dualidade feminino/masculino e no controle dos corpos, Foucault mostra como, a partir da Contra-Reforma, no século XVI, a prática da confissão – ou seja, pelo discurso – vai buscando instaurar o controle também dos desejos, dos pensamentos, das intenções. A extensão das confissões vai se ampliando, até açambarcar não somente a prática, o ato sexual em si, mas

todas as insinuações da carne: pensamentos, desejos, imaginações voluptuosas, deleites, movimentos simultâneos da alma e do corpo, tudo isso deve entrar, agora, e em detalhe, no jogo da confissão e da direção espiritual. [...] Tudo deve ser dito. [...] Uma dupla evolução tende a fazer, da carne, a origem de todos os pecados e a deslocar o momento mais importante do ato em si para a inquietação do desejo, tão difícil de perceber e formular; pois que é um mal que atinge todo o homem e sob as mais secretas formas.<sup>16</sup>

A pastoral cristã, então, colocou em vigência um imperativo – digamos, a pré-condição para a instauração do dispositivo da sexualidade –, que é não apenas confessar o que contraria a moral, mas fazer de todo e qualquer desejo um discurso, fazendo passar tudo o que diz respeito ao sexo pelo crivo da palavra.

<sup>14</sup> Cf. P.J.RYAN, *Católico praticante*.

<sup>15</sup> LL.LIMA, Confissão e Sexualidade. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina M. (orgs.) *Sexualidades Brasileiras*, p.44.

<sup>16</sup> M.FOUCAULT, *História da sexualidade*, p.25.

A pastoral cristã procurava produzir efeitos específicos sobre o desejo, pelo simples fato de colocá-lo integral e aplicadamente em discursos: efeito de domínio e de desinteresse, sem dúvida, mas também efeito de reconversão espiritual, de retorno a Deus, efeito físico de dores bem-aventuradas por sentir no seu corpo as ferroadas da tentação e o amor que lhe resiste. O essencial é bem isso: [...] que, a partir da época clássica, tenha havido uma majoração constante e uma valorização cada vez maior do discurso sobre o sexo; e que se tenha esperado desse discurso, efeitos múltiplos de deslocamento, de intensificação, de reorientação, de modificação sobre o próprio desejo.<sup>17</sup>

Ao invés de uma expressa *censura sobre o sexo*, a pastoral cristã instituiu uma técnica de *produção de discursos sobre o sexo* – “*suscetíveis de funcionar e de serem efeito de sua própria economia*”<sup>18</sup> –, que extrapolou os limites da espiritualidade cristã para se tornar, ao final do século XVIII e durante todo o século XIX, essencial aos mecanismos de poder, com a implantação do dispositivo da sexualidade.

Até o século XVIII, havia três grandes códigos que regiam as práticas sexuais: o canônico, a pastoral cristã e a lei civil. Todos se centravam nas relações matrimoniais e nas prescrições para o sexo dos cônjuges. Depois da explosão discursiva dos séculos XVIII e XIX, há duas modificações importantes nesse regime discursivo: o casal heterossexual monogâmico – considerado legítimo – adquire direito a uma maior discricção, apesar de incidir sobre ele uma normatização mais rigorosa; e passa-se a interrogar exaustivamente a sexualidade da criança, dos loucos, dos que não se relacionam amorosamente com o outro sexo. “*Todas estas figuras, outrora apenas entrevistas, têm agora de avançar para tomar a palavra e fazer a difícil confissão daquilo que são.*”<sup>19</sup> E a sexualidade legítima será interrogada, se o for, a partir dessas sexualidades periféricas. Daí em diante, no âmbito da sexualidade, será sobre as infrações morais ou legais contra o casamento e a família e contra um funcionamento natural que recairão as principais condenações.

Como vimos, o dispositivo da sexualidade se instalou a partir do dispositivo da aliança. Se antes o que estava em jogo era o sexo como suporte de relações, agora passa a ser a problemática da “carne”, os desejos, a concupiscência. E foi a unidade familiar que deu condições para que se desenvolvessem os principais elementos do dispositivo da sexualidade, como a histerização do corpo da mulher, a sexualidade infantil, a regulação da procriação e a tipificação dos perversos como “espécie”.<sup>20</sup>

<sup>17</sup> Ibidem, p.29.

<sup>18</sup> Ibid., p.29.

<sup>19</sup> Ibid., p.46.

<sup>20</sup> Ibid., p.25.



Como mostra Foucault, o papel da família é fixar a sexualidade e funcionar como seu suporte permanente. “A família é o permutador da sexualidade com a aliança: transporta a lei e a dimensão do jurídico para o dispositivo da sexualidade; e a economia do prazer e a intensidade das sensações para o regime da aliança.”<sup>21</sup>

### 3. FAMÍLIA, ETHOS PRIVADO E RELIGIÃO<sup>22</sup>

Como vimos no início deste artigo, a cultura brasileira é permeada por intensa religiosidade. DUARTE diz que uma sensibilidade ao religioso<sup>23</sup> seria uma característica fundante da cultura brasileira, o que, em estreita relação a outras características mais profundas de nossa cultura (tais como a “hierarquia” e a “relacionalidade”), permite-nos “considerar que essa constitua uma hipótese liminarmente plausível para o equacionamento da particular presença do religioso nesta sociedade”<sup>24</sup>.

Normalmente, tendemos a pensar que as denominações religiosas são responsáveis pelo comportamento de seus fiéis, como se se tratasse de uma via de mão única. Entretanto, DUARTE mostra que a liberdade religiosa instituída pela afirmação de um Estado laico, ainda que esse não seja completamente efetivado na prática, permite não só a convivência entre múltiplas denominações, mas também a legitimidade da existência de diversas crenças e diferentes pertencimentos religiosos. Dessa forma, o pertencimento religioso teria mais a ver com um *ethos* privado não confessional<sup>25</sup>, ou seja, a pessoa escolhe continuar pertencendo a uma religião de atribuição (em que foi socializada, normalmente a mesma da família de origem) se encontra nela ressonância para seus próprios valores e forma de conduta. Caso não encontre afinidade com a sua maneira de ser, ela escolhe mudar para uma religião em que essa afinidade seja mais possível.

Duarte, entretanto, enfatiza que é impossível se fazerem escolhas completamente individuais, pois o pertencimento à família e a uma localidade são, também, determinantes.

<sup>21</sup> Ibid., p.119.

<sup>22</sup> “A palavra grega *ethos* significa a morada do homem, sua casa, seus hábitos, usos e costumes, mas também o seu caráter, temperamento, índole. O *ethos* é a condição para a existência de uma cultura, de um povo”. (A.B. CARVALHO, A ética católica e o *ethos* brasileiro. In: *Jornal UNESP*)

<sup>23</sup> Para Duarte, o religioso deve ser compreendido, nas sociedades modernas, como uma “visão de mundo”, uma cosmologia estruturante, na qual se reconhece que o espaço da ‘religiosidade’ abarca hoje muitos valores e comportamentos oficialmente ‘laicos’ ou, ao menos, ‘não-confessionais’”. (DUARTE, Luiz F.D. Família, reprodução e ethos religioso ..... In: DUARTE, Luiz F. D. et al. (orgs.). *Família e religião*, p.16)

<sup>24</sup> L.F.D. DUARTE, *Ethos* privado e justificação religiosa.... In: HEILBORN, Maria L. et al (orgs.). *Sexualidade, família e ethos religioso*, p.144.

<sup>25</sup> *Ethos* privado, no sentido que é dado por Duarte, agrega dimensões da existência que dizem respeito à sexualidade, reprodução, moralidade e comportamento familiar. (DUARTE, Luiz F.D. Família, reprodução e ethos religioso..... In: DUARTE, Luiz F. D. et al. (orgs.). *Família e religião*, p.16)

Esse entranhamento das identidades pessoais em ordens relacionais mais abrangentes é característica universal da vida social, mas cabe sublinhá-lo neste contexto, dada a possibilidade de confusão da referência a “opções” e “escolhas” [...] com o efetivo exercício de uma autonomia absoluta.<sup>26</sup>

É importante também destacar que o pertencimento – e o trânsito – religioso implica em uma negociação de realidade que cada vez mais se desloca do regime de atribuição (religião da família de origem) para o regime de aquisição (religião de conversão); o que, por sua vez, implica em um recrudescimento da liberdade transgeracional, ao mesmo tempo em que se mantêm expectativas, das gerações anteriores, de continuidade do pertencimento religioso das gerações sucessoras.

Outra observação importante diz respeito à separação entre o mundo privado e a esfera pública. A sexualidade foi expulsa da esfera pública devido ao papel que exerce na família (e que a família exerce sobre ela, como vimos no item anterior) e na interioridade das pessoas. “À medida que a adesão religiosa também se define como parte da dimensão privada dos sujeitos modernos, a família, a sexualidade e a religião voltam a se encontrar”.<sup>27</sup> Mesmo na família, a sexualidade tem um lugar bastante próprio e restrito que é relação do casal fundador da neofamília<sup>28</sup>. O pertencimento familiar concomitante ao pertencimento religioso se dá em permanente tensão com a sexualidade, com interditos e prescrições que tendem a subordiná-la à conjugalidade com fins reprodutivos.<sup>29</sup>

Segundo Maria das Dores Campos MACHADO, o modelo católico de família nuclear (pai, mãe e filhos) foi no Brasil, durante todo o século XX, considerado o ideal de família cristã (2006). Segundo essa autora,

Na perspectiva da igreja hegemônica, esse pequeno grupo doméstico está associado basicamente à função reprodutiva tanto física quanto cultural, e por isso temas como contracepção, divórcio, aborto e homossexualismo foram, e ainda são parcialmente, extremamente ameaçadores à instituição católica.<sup>30</sup>

Se, por um lado, a modernidade favoreceu o individualismo, tanto no nível pessoal quanto familiar (“famílias individualizadas”), esse processo não se deu – e

<sup>26</sup> L.F.D. DUARTE, *Ethos privado e justificação religiosa...* In: HEILBORN, Maria L. et al (orgs.). *Sexualidade, família e ethos religioso*, p.145.

<sup>27</sup> L.F.D. DUARTE, *Ethos privado e modernidade...* In: Ibid et al. (orgs.). *Família e religião*, p.64.

<sup>28</sup> Neofamília é o termo para a família formada, de escolha, em oposição à família de origem, em que nascemos.

<sup>29</sup> Cf. L.F.D. DUARTE, *Ethos privado e modernidade...* In: Ibid et al. (orgs.). *Família e religião*, p.65.

<sup>30</sup> M.D.C.MACHADO, *Religião, família e individualismo*. In: DUARTE, Luiz F. D. et al. (orgs.). *Família e religião*, p.104.

ainda não se dá – sem “*tensões entre autonomia das pessoas e as identidades coletivas ou a pertença familiar*”.<sup>31</sup>

A família é, para diversas tradições religiosas, um *locus* privilegiado de transmissão e/ou socialização de valores e princípios religiosos. Como as religiões não dispõem de mecanismos coercitivos, elas instituem uma aliança com a família – fazendo a apologia desta –, que inculca em seus membros, especialmente nos das gerações sucessoras, os valores morais defendidos pelas religiões. Segundo DUARTE, “*a Igreja católica, assim, é provavelmente o repositório mais abrangente de reflexão e elaboração pastoral desse tema, possuindo diversos textos doutrinários diretamente concernidos a ele*”<sup>32</sup>. Não é à toa que a cosmologia cristã é marcada por um familismo original, inclusive com a simbologia da Sagrada Família como mediadora entre o sagrado e o propriamente humano, que reforça a identidade familiar terrena.

Por isso, a principal estratégia utilizada pelo Catolicismo para impor seus valores morais para a sociedade pressupõe um forte investimento na família de origem e na manutenção do modelo nuclear de família. Sobre esse investimento, um exemplo recentíssimo: no dia 12 de agosto de 2008, O “São Paulo”, jornal semanal editado pela Arquidiocese de São Paulo, traz a seguinte manchete: “*Igreja alerta sobre lei da família*”, com matéria de página inteira. O alerta diz respeito à votação, que deveria acontecer em breve, pelo Congresso Nacional, do Estatuto da Família, criticado pela Igreja católica:

Além da descaracterização da família como tal, o projeto propõe a completa equiparação entre a família fundada no matrimônio, a união estável, a união homoafetiva e a união parental e mono-parental. Não se fala mais de família e sim de “entidades familiares”; e atribui a todas as entidades familiares a mesma dignidade e igual merecimento de tutela, sem hierarquia entre elas. Além disso, são previstos tempos acelerados para a realização do divórcio, que pode ser conseguido inclusive de modo extrajudicial.<sup>33</sup>

Tanto DUARTE quanto MACHADO ressaltam que há autonomia das pessoas em relação às instituições religiosas, mas MACHADO assinala que “*a autodeterminação e a capacidade de discernimento em face das instituições religiosas depende, entre outros fatores, da autoconfiança dos indivíduos e da inclusão em diferentes redes de sociabilidade*”.<sup>34</sup> Também DUARTE afirma que pode ocorrer

<sup>31</sup> M.D.C.MACHADO, Religião, família e individualismo. In: DUARTE, Luiz F. D. et al. (orgs.). *Família e religião*, p.102.

<sup>32</sup> L.F.D. DUARTE, *Ethos privado e modernidade...* In: Ibid et al. (orgs.). *Família e religião*, p.70.

<sup>33</sup> IGREJA alerta sobre lei da família. In: *O São Paulo*, p.B3.

<sup>34</sup> M.D.C.MACHADO, Religião, família e individualismo. In: DUARTE, Luiz F. D. et al. (orgs.). *Família e religião*, p.103.

interpretação pessoal no interior das igrejas, mas “*sempre há um ônus psicológico a enfrentar na contravenção dos dogmas ou preceitos*”<sup>35</sup>

NATIVIDADE assinala que tanto a sexualidade quanto a experiência religiosa são modeladoras da subjetividade das pessoas, levando a formas distintas de se perceber o mundo e de estar nele, de se vivenciar as relações sociais, atualizadas e reelaboradas pelas experiências sociais vividas.

A experiência religiosa é pensada como parte de um processo de construção de si, em conexão com outros domínios da vida social, como: percurso sexual amoroso, história familiar e etapa da vida.<sup>36</sup>

Como enfatiza Duarte,

Apesar da alta institucionalização da ideologia individualista característica das sociedades modernas, os sujeitos sociais continuam se construindo na trama das relações sociais e, mais do que isso, instituindo-se no interior desse núcleo denso que é o da família de origem.<sup>37</sup>

#### 4. RELIGIÃO CATÓLICA E DESIGUALDADE DE GÊNERO

Costuma-se dizer que a religiosidade, na sociedade brasileira, é uma característica feminina, intuição normalmente confirmada por dados estatísticos sobre pertencimento religioso. Na verdade, essa religiosidade feminina se dá apenas em relação à prática religiosa. Como diz Maria José Rosado-Nunes,

as religiões são um campo de investimento masculino por excelência. Historicamente, os homens dominam a produção do que é sagrado nas diversas sociedades. Discursos e práticas religiosas têm a marca dessa dominação. Normas, regras, doutrinas são definidas por homens em praticamente todas as religiões conhecidas.<sup>38</sup>

A Igreja Católica é fundamentalmente patriarcal, pois se baseia na ideia de um Deus-pai todo poderoso e um filho-homem carismático que vem salvar a humanidade do pecado original, cometido por obra de “incontinência moral” de uma mulher. Como diz Rosado-Nunes, referida por FERNANDES, os homens são

<sup>35</sup> L.F.D. DUARTE, *Ethos privado e justificação religiosa*. In: HEILBORN, Maria L. et al (orgs.). *Sexualidade, família e ethos religioso*, p.156.

<sup>36</sup> M. NATIVIDADE, *Homossexualidade masculina e experiência religiosa pentecostal*. In: HEILBORN, Maria L. et al (orgs.) *Sexualidade, família e ethos religioso*, p.248.

<sup>37</sup> L.F.D. DUARTE, *Ethos privado e modernidade....* In: *Ibid et al. (orgs.). Família e religião*, p.84.

<sup>38</sup> M-J.FROSADO-NUNES, *Gênero e Religião*. In: *Revista de Estudos Feministas*, p.363.

os responsáveis não somente pela mediação entre o humano e o sagrado, pela via do sacerdócio, mas são os responsáveis pelas narrativas oficiais que naturalizaram os padrões sociais que regulam o que é próprio do masculino e do feminino<sup>39</sup>. A seguir, veremos exemplos emblemáticos dessa narrativa misógina.

Na passagem bíblica do Gênesis, que conta como a humanidade foi expulsa do Paraíso, Deus – depois de criar a Terra, os seres vivos e, entre eles, os seres humanos – ordenou a Adão e Eva que não comessem o fruto da Árvore do Conhecimento. Eva, que havia sido criada por Deus a partir de uma costela de Adão e para fazer companhia a ele, não resiste à tentação da serpente, desobedece à ordem dada por Deus e induz Adão a pecar com ela. A ira de Deus se expressou em maldições para ambos e todos os seus descendentes: a partir de então, a mulher pariria com dor e sofrimento, e seria dominada pelo homem que, por sua vez, teria de trabalhar arduamente para obter o alimento que o sustentaria.

Ao colocar a mulher como responsável pela Queda original e, a partir daí, submetida ao homem, essa passagem demonstra que não há equidade entre os gêneros desde a criação do mundo, define que a submissão da mulher se deu por culpa dela – é, portanto, merecida – e coloca as mulheres como responsáveis por todos os sofrimentos e males da humanidade.

Com isso, também podemos entender alguns dos estereótipos mais fortemente arraigados nas sociedades ocidentais em geral: a mulher não tem disciplina, é impulsiva e cede facilmente às tentações. Além disso, tem o poder de seduzir o homem a ponto de levá-lo à perdição.

Outros trechos bíblicos iriam na mesma direção, mas fundamentalmente a descrição da Queda original e a proibição de falar que teria feito o apóstolo Paulo às mulheres em Corinto, impedindo-as de se pronunciar em público com autoridade, são os textos que deram margem – ou justificativa – à exclusão das mulheres na instituição eclesiástica, somados ao fato alegado de que Jesus escolheu doze apóstolos homens – e nenhuma mulher – para levar sua palavra a todo o mundo. Segundo Adriana VALERIO, “*a leitura distorcida de tais textos excluiu o sexo feminino da visibilidade institucional, relegando-o tão-somente ao exercício de papéis subordinados*”.<sup>40</sup>

Não se pode afirmar que a inferiorização da mulher e o patriarcado tenham sido criados pela religião. Os autores do texto bíblico certamente estavam expressando algo que já era presente em sua cultura. Ao registrá-la no contexto de um livro sagrado, o que ocorreu foi a reificação e uma legitimação da discriminação

<sup>39</sup> Cf. R.A.FERNANDES, A não ordenação feminina: delimitando as assimetrias de gênero na Igreja Católica a partir de rapazes e moças vocacionados/as. In: *Revista de Estudos Feministas*, p.426.

<sup>40</sup> A.VALERIO, A teologia, o feminino. In: *Revista de Estudos Feministas*, p.370.

das mulheres que já ocorria naquela sociedade, naquela época e naquele contexto, tornando-a uma expressão da *vontade divina*.<sup>41</sup>

No Catolicismo, como assinala Rosado-Nunes,

as leis internas dessa instituição, codificadas no Código de Direito Canônico [...] mantêm uma cláusula que atribui exclusivamente aos homens – e celibatários – o acesso ao ministério sacerdotal.<sup>42</sup>

Essas restrições à participação das mulheres no cotidiano da Igreja mostram que, ainda hoje, a hierarquia mantém viva a ideia de desigualdade entre mulheres e homens: mulheres não podem ser ordenadas e, portanto, não podem celebrar missa, nem participar das instâncias de poder e decisão, sendo a excomunhão a ameaça para quem desafiar essa norma.<sup>43</sup>

Além do que já foi exposto, cabe lembrarmos que, se a religião é uma modeladora de subjetividades, o modelo feminino apresentado como exemplar, como a Virgem Maria, reporta à submissão, à fragilidade, à maternidade como destino, ao servir, à dessexualização e à desvitalização das mulheres como um ideal a ser perseguido. Já o modelo a ser negado e recusado por ser causador das desgraças da humanidade – Eva – reporta à liberdade de escolha, à sexualidade com liberdade, à tomada de iniciativa, à curiosidade, à vontade de saber. Esses modelos são antagônicos e funcionam de forma importante para o controle dos corpos e da vida das mulheres.

Por fim, é importante lembrar que as rígidas posições da hierarquia católica – que determinam para seus fiéis que o sexo deve ser praticado dentro do casamento, com finalidade de reprodução e, portanto, sem o uso de preservativos – incidem mais direta e fortemente sobre as mulheres, sendo um poderoso meio de controlar seus desejos e comportamentos.

## 5. RELIGIÃO CATÓLICA E HOMOSSEXUALIDADE

De forma muito geral, podemos afirmar que as grandes religiões monoteístas são as que mais dificuldades impõem para a aceitação da diversidade sexual, mas em maior ou menor grau, todas as religiões tradicionais do mundo demonstram algum nível de rejeição ou preconceito, mesmo quando apresentam um discurso aparentemente não excludente.<sup>44</sup>

<sup>41</sup> Cf. M-J.FROSADO-NUNES, Gênero e Religião. In: *Revista de Estudos Feministas*..

<sup>42</sup> M-J.FROSADO-NUNES, Por uma sociologia do poder religioso: elementos ara uma crítica feminista. In: BRITO, Ênio J. da C.; GORGULHO, Gilberto da S. (orgs). *Religião ano 2000*., p.141.

<sup>43</sup> Cf. P.J.RYAN, *Católico praticante*.

<sup>44</sup> A.SWIDLER, (org.). *Homosexuality and World Religions*.

No Brasil, como vimos, é a tradição cristã – representada majoritariamente pelo Catolicismo e, mais recentemente, pelo crescimento de igrejas evangélicas – que ajuda a conformar a mentalidade da população, define valores morais e tenta impor o que é aceitável em termos de sexualidade, pois permeia todas as relações e modela subjetividades até mesmo de quem não segue o Cristianismo.

O nosso conceito de família – que só pode ser formada por homem, mulher e filhos – vem desse ideário. A função da sexualidade como exclusivamente reprodutora também é um fator gerador de problemas, pois o sexo realizado somente por prazer não é moralmente bem visto. Mesmo que os/as brasileiros/as tenham práticas e comportamentos bastante diferentes dos pregados pelas religiões cristãs, essas concepções ajudam fortemente a amalgamar e a legitimar o preconceito contra gays e lésbicas, reforçando as ideias correntes de que essas pessoas vivem em perversão, são anormais e desviantes.

Tomemos como exemplo o catecismo católico. Encontramos:

**2357.** A homossexualidade designa as relações entre homens e mulheres que sentem atração sexual, exclusiva ou predominante, por pessoas do mesmo sexo. A homossexualidade se reveste de formas muito variáveis ao longo dos séculos e das culturas. A sua gênese psíquica continua amplamente inexplicada. *Apoiando-se na Sagrada Escritura, que os apresenta como depravações graves, a Tradição sempre declarou que “os atos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados”.* São contrários à lei natural. Fecham o ato sexual ao dom da vida. Não procedem de uma complementaridade afetiva e sexual verdadeira. Em caso algum podem ser aprovados.

**2358.** Um número não negligenciável de homens e mulheres apresenta tendências homossexuais inatas. Não são eles que escolhem sua condição homossexual; para a maioria, pois, esta constitui uma provação. Devem ser acolhidos com respeito, compaixão e delicadeza. Evitar-se-á para com eles todo sinal de discriminação injusta. *Estas pessoas são chamadas a realizar a vontade de Deus na sua vida e, se forem cristãs, a unir ao sacrifício da cruz do Senhor as dificuldades que podem encontrar por causa da sua condição.*

**2359.** *As pessoas homossexuais são chamadas à castidade. Pelas virtudes de autodomínio, educadoras da liberdade interior, às vezes pelo apoio de uma amizade desinteressada, pela oração e pela graça sacramental, podem e devem se aproximar, gradual e resolutamente, da perfeição cristã.*<sup>45</sup>

Há algumas poucas passagens bíblicas que, supostamente, tratariam da homossexualidade<sup>46</sup>, condenando-a. Algumas estariam no Antigo Testamento:

<sup>45</sup> CNBB. *Catecismo da Igreja Católica*, pp.610-611, grifos meus.

<sup>46</sup> As palavras “homossexualidade” e “homossexual” não aparecem na Bíblia, já que o termo homossexual foi criado apenas em 1868, com significado de “invertido sexual”. Curiosamente, o termo “heterossexual” foi criado

uma estaria no Gênesis (19), no conhecido episódio de destruição de Sodoma e Gomorra, outra em Juízes (19) – em ambas se trataria da questão do abuso sexual de hóspedes por habitantes da cidade –, e duas estariam em Levítico (18.22 e 20.13) e tratariam o ato sexual entre dois homens como uma abominação. No Novo Testamento teríamos três referências de Paulo à homossexualidade (Rm 1, 1 Co 6,9 – 11 e 1 Tm 1.8 – 11).<sup>47</sup>

JURKEWICZ afirma que a passagem de Gênesis 2.24 é interpretada por certos teólogos como uma prescrição de Deus no sentido da heterossexualidade monogâmica. E a autora vai além:

[Alguns teólogos] afirmam que esse modelo é parte da ordem criada e não está sujeito a mudanças culturais ou históricas. É a chamada visão *criacionista* que entende o sexo como motivo do companheirismo e da reprodução, existindo somente em virtude de certa complementaridade entre o homem e a mulher. Sustentam que nenhum outro modelo de vivência sexual pode ser *natural* ou moralmente aceitável.<sup>48</sup>

Não vamos entrar no mérito teológico dessas interpretações, pois não é nosso objetivo neste trabalho<sup>49</sup>. Interessa-nos, sobretudo, apontar três fatos que julgamos relevantes: 1) a suposta condenação bíblica à homossexualidade se dá pela aproximação de homens com o papel reservado a mulheres. Então, as abominações, nesse caso, são o “ser efeminado”, ou ainda, no caso dos chamados sodomitas, de fazer o “papel sexual passivo”, apropriado ou determinado apenas para as mulheres; 2) a homossexualidade feminina não aparece na Bíblia, sendo que há alguma insinuação a respeito da passagem de Rute e Naomi (Rt 1.16-17) e em Paulo (Rm 1.26)<sup>50</sup>, mas não ultrapassa o campo da insinuação velada; e 3) Há passagens tanto do Antigo como do Novo Testamento que já não são aceitas socialmente, pois se trataria de costumes e hábitos de uma cultura historicamente determinada, como a condenação do corte de cabelo para homens (Levítico 19: 27),

---

depois do termo homossexual, por volta de 1892, e significava, em sua origem, o amor patológico e doentio por pessoa de sexo oposto. Até o início do século XX, portanto, o termo heterossexual designava um ser “depravado”. Foi gradualmente que ele adquiriu o significado de “sexualidade ideal” que tem hoje. (J.KATZ, *A Invenção da Heterossexualidade*)

<sup>47</sup> Cf. E.GERSTENBERGER, Sexualidade, homossexualismo e convivência. In: *Estudos Teológicos*; D.HELMINIAK, *O que a Bíblia realmente diz sobre a homossexualidade*.

<sup>48</sup> R.S.JURKEWICZ, Cristianismo e homossexualidade. In: GROSSI, M.P. et al. (orgs.) *Movimentos Sociais, educação e sexualidade*, p.47, grifos da autora.

<sup>49</sup> Para uma discussão aprofundada sobre as passagens bíblicas que supostamente condenam a homossexualidade, cf. D.Helminiak, *O Que a Bíblia Realmente Diz Sobre a Homossexualidade*.

<sup>50</sup> Conforme E.GERSTENBERGER, Sexualidade, homossexualismo e convivência. In: *Estudos Teológicos*, há quem afirme que ela não se refere necessariamente à homossexualidade, mas a práticas sexuais que não visam procriação, como o coito anal.



a proibição de se tocar a pele de porco morto (Levítico 11: 06-08), a possibilidade de vender uma filha como serva (Êxodo, 21: 07), a de possuir escravos desde que sejam de países vizinhos (Levítico 25: 44), a pena de morte para quem trabalhar aos sábados (Êxodo 35: 02).

Desses fatos emerge uma discussão que nos parece bastante interessante e importante. Em primeiro lugar, vemos que, pelo menos em termos religiosos, ou melhor, cristãos, a condenação atual da homossexualidade está fundamentada na leitura e interpretação de determinadas passagens bíblicas. Essa condenação se baseia no fato de um homem aproximar-se do feminino, de se tornar parecido com uma mulher (efeminado) ou se comportar sexualmente como uma mulher (passivo). Está, portanto, alicerçada na questão da desigualdade de gênero fundante do Cristianismo. Isso é reforçado pela invisibilidade da sexualidade lésbica<sup>51</sup> na própria Bíblia, o que nos remete a duas aproximações diferentes: tanto à posição falocêntrica ocidental (sem pênis não há penetração, sem penetração não há ato sexual), quanto à condenação cultural da sexualidade (aproximar-se de um altar para cultos em estado de impureza) não atingir a mulheres, porque elas já estavam apartadas do poder ritual desde sempre.<sup>52</sup>

E há, evidentemente, a questão da interpretação de passagens bíblicas. A questão que se coloca é: por que algumas passagens foram simplesmente deixadas de lado, enquanto outras, ainda que também possam ser consideradas histórica e culturalmente datadas, permanecem sendo amplamente utilizadas, como as que dizem respeito à homossexualidade? A resposta nos parece residir no que já apontamos anteriormente: a questão do exercício do poder.

Esse exercício de poder nos remete novamente a Foucault. Em suas várias discussões sobre o tema, Foucault propõe que o poder é polimorfo e que está presente em todas as relações humanas e em todas as esferas, tanto públicas quanto privadas. Além disso, a centralidade e a importância do discurso no exercício do poder nos darão elementos para aprofundar essa discussão:

Estamos submetidos à verdade também no sentido de que ela é lei e produz o discurso verdadeiro que decide, transmite e reproduz, ao menos em parte, efeitos de poder. Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder.<sup>53</sup>

<sup>51</sup> Curioso que a invisibilidade lésbica remonte a tempos bíblicos, pois ainda hoje é uma questão para o movimento lésbico organizado que, no Brasil, instituiu o dia 29 de agosto como o “dia da visibilidade lésbica”. Há quem diga que a homossexualidade feminina é invisível por uma questão de gênero, pois a sexualidade da mulher é interdita, enquanto a dos homens é valorizada, e porque a ocupação do espaço público ainda é uma prerrogativa masculina.

<sup>52</sup> Cf. E.GERSTENBERGER, Sexualidade, homossexualismo e convivência. In: *Estudos Teológicos*, p.15.

<sup>53</sup> M. FOUCAULT, *A Microfísica do Poder*, p.180.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso das instituições religiosas sobre a homossexualidade e, mais especificamente, o da Igreja Católica, tem esse caráter poderoso, que serve a múltiplas razões: perpetuar a desigualdade entre homens e mulheres e entre o masculino e o feminino; criar e manter a fronteira entre o “nós” – determinando o que é normal, portanto aceito ou valorizado – e os “outros”, os que fogem à normalização e devem ser rejeitados; criar condições de controle das sexualidades e dos corpos, e, portanto, de comportamentos e pensamentos; oferecer alternativas sagradas, dentro de um vasto mercado religioso, de redenção dos pecados e salvação. No caso do Catolicismo, *“a legitimidade da concentração de poder no papado é dada pelo caráter carismático da figura do papa, por um lado, e pelo cultivo da piedade popular tradicional, que permite a organização da religiosidade das massas, por outro”*.<sup>54</sup>

Ainda há que se pesar a forte ingerência política da Igreja Católica sobre as políticas públicas no que diz respeito à garantia de direitos a pessoas homossexuais. A hierarquia católica vem, por exemplo, sistematicamente exortando políticos de todo o mundo a não aprovarem leis que garantam o direito à união civil estável, o chamado “casamento gay”. Assim, evidencia-se que há um investimento da Igreja Católica para obter/exercer/manter o poder em diversas esferas: simbólico-discursiva, pastoral, privada, pública etc.

É importante assinalar que, possivelmente, uma outra saída encontrada por homossexuais para esses conflitos entre as identidades religiosa e sexual, além da manutenção do segredo, é o trânsito religioso ou o afastamento da religião.

Conforme Carrara *et al.*

Em marcado contraste com os dados do Censo 2000, segundo os quais apenas 7,4% dos brasileiros(as) não frequentam nenhum tipo de culto religioso, destacamos o significativo número do(a)s que, em nossa amostra, declaram não ter qualquer religião (40,8%). Note-se também que, ao comparar a religião em que o(a) respondente foi criado(a) com aquela que frequenta atualmente, o número de católicos e evangélicos cai drasticamente, enquanto o número de adeptos de cultos afro-brasileiros e do espiritismo kardecista cresce. Muito provavelmente, a condenação moral à homossexualidade, que caracteriza as religiões cristãs de modo geral, tem peso importante para essas trajetórias contrastantes. Não por acaso, verificamos que 22,7% de todo(a)s entrevistado(a)s declararam já ter sido vítima de marginalização ou exclusão em ambiente religioso.<sup>55</sup>

<sup>54</sup> M.-J.FROSADO-NUNES, Por uma sociologia do poder religioso: elementos para uma crítica feminista. In: BRITO, Ênio J. da C.; GORGULHO, Gilberto da S. (orgs). *Religião ano 2000*, p.137.

<sup>55</sup> S.CARRARA et al. *Política, Direitos, Violência e Homossexualidade*, p.24.

É importante ressaltar que a amostra da pesquisa citada não é composta somente por homossexuais. Gays e lésbicas representam 56,5% das pessoas entrevistadas. Assim, não se pode fazer generalizações a partir desses dados, mas eles certamente dão indícios de como se dá o pertencimento e o trânsito religiosos ou o afastamento da religião para essas pessoas.

Por fim, como efeito de verdade, como controle social de corações e mentes, o resultado desse exercício massivo de poder é a vivência, por parte de homossexuais, de sentimentos de intensa culpa e vergonha, com reiteradas expressões de “*tentativas de parar* e o desejo de *levar uma vida normal*”, já que “*as práticas homossexuais são relevantes na percepção de si*”<sup>56</sup> e, como NATIVIDADE aponta, acaba sendo uma percepção negativa de si. Por isso, as identidades religiosa e homossexual coexistem “*por meio do cultivo do segredo, do ocultamento de informações relativas ao exercício da homossexualidade no ambiente religioso*”.<sup>57</sup>

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEGUOCI, Leandro. No país, até evangélicos têm santos. In: *Folha de São Paulo, Caderno Especial Religião*. São Paulo, 2007, 6 de maio, p.9.
- CARIELLO, Rafael. As igrejas do Brasil: país altera mapa da fé, mas não a sua religiosidade. In: *Folha de São Paulo, Caderno Especial Religião*. São Paulo, 2007, 6 de maio, p.2.
- CARRARA, Sérgio, et al. *Política, Direitos, Violência e Homossexualidade: Pesquisa 9ª Parada de Orgulho GLBT – São Paulo 2005*. Rio de Janeiro: CEPESC, 2006.
- CARVALHO, Alonso B. de. A ética católica e o ethos brasileiro. In: *Jornal UNESP*. Ano XXI, 2007, nº 221, abril, suplemento.
- CNBB. *Catecismo da Igreja Católica*. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.
- CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. Barueri: Manole, 2002
- DUARTE, Luiz F.D. Ethos privado e justificação religiosa. Negociações da reprodução na sociedade brasileira. In: HEILBORN, Maria L. et al (orgs.). *Sexualidade, família e ethos religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, pp.137-176.
- DUARTE, Luiz F.D. Ethos privado e modernidade: o desafio das religiões entre indivíduo, família e congregação. In: Ibid et al. (orgs.). *Família e religião*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006, pp 51-87.
- DUARTE, Luiz F.D. Família, reprodução e ethos religioso: subjetivismo e naturalismo como valores estruturantes. In: DUARTE, Luiz F. D. et al. (orgs.). *Família e religião*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006, pp. 15-50.
- FERNANDES, Sílvia R. A. A não ordenação feminina: delimitando as assimetrias de gênero na Igreja Católica a partir de rapazes e moças vocacionados/as. In: *Revista de Estudos Feministas*, vol.13, 2005, n.2, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, p.425-436.

<sup>56</sup> M. NATIVIDADE, Homossexualidade masculina e experiência religiosa pentecostal. In: HEILBORN, Maria L. et al (Orgs.) *Sexualidade, família e ethos religioso*, p.254.

<sup>57</sup> M. NATIVIDADE, Homossexualidade masculina e experiência religiosa pentecostal. In: HEILBORN, Maria L. et al (Orgs.) *Sexualidade, família e ethos religioso*, p.256.

- FOLHA de São Paulo. *Caderno Especial Religião*. São Paulo, 2007, 6 de maio.
- FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2006.
- GERSTENBERGER, Erhard. Sexualidade, homossexualismo e convivência. In: *Estudos Teológicos*: 39, 1999, nº 1, pp 109-129.
- GIUMBELLI, Emerson et al. *Religião e Sexualidade: Convicções e Responsabilidades*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- HELMINIAK, Daniel A. *O que a Bíblia realmente diz sobre a homossexualidade*. São Paulo: Summus, 1998.
- IGREJA alerta sobre lei da família. In: *O São Paulo*, São Paulo: Arquidiocese de São Paulo, 2008, 12 de agosto, p. B3.
- JURKEWICZ, R.S. Cristianismo e homossexualidade. In: GROSSI, M.P. et al. (orgs.) *Movimentos Sociais, educação e sexualidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, pp.45-52.
- KATZ, Jonathan. *A Invenção da Heterossexualidade*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996..
- LIMA, Lana L. da G. Confissão e Sexualidade. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina M. (orgs.) *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ABIA/ IMS-UERJ, pp.38-50.
- MACHADO, Maria das Dores C. Religião, família e individualismo. In: DUARTE, Luiz F. D. et al. (orgs.). *Família e religião*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2006, pp. 89-111.
- NATIVIDADE, Marcelo. Homossexualidade masculina e experiência religiosa pentecostal. In: HEILBORN, Maria L. et al (orgs.) *Sexualidade, família e ethos religioso*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005, pp. 247-272.
- NERI, Marcelo. *Economia das religiões*. Rio de Janeiro: FGC/IBRE, 2007.
- ROSADO-NUNES, Maria José F. Gênero e Religião. In: *Revista de Estudos Feministas*, Vol.13, 2005, nº 2, pp. 363-365.
- ROSADO-NUNES, Maria José F. Por uma sociologia do poder religioso: elementos para uma crítica feminista. In: BRITO, Ênio J. da C.; GORGULHO, Gilberto da S. (orgs.) *Religião ano 2000*. São Paulo: Ed. Loyola, 1998, pp.131-147.
- RYAN, Penélope J. *Católico praticante: a busca de um catolicismo para o terceiro milênio*. São Paulo: Loyola 1999
- SWIDLER, Arlene (org.). *Homosexuality and World Religions*. Valley Forge, PA (USA): Trinity Press International, 1993.
- VALERIO, Adriana. A teologia, o feminino. In: *Revista de Estudos Feministas*, Vol.13, 2005, nº.2, pp.367-386.